



MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n° 61.065.298/0001-02

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A ser convocada para 28.04.2021

O Conselho de Administração da Companhia, após a análise do relatório da administração, das demonstrações financeiras, notas explicativas e demais documentos relacionados, apresenta, nos termos das normas legais e regulatórias aplicáveis, a Proposta da Administração e demais informações quanto às matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada para o dia 28 de abril de 2021, às 14:00 horas, nos termos de edital de convocação que será divulgado no prazo legal.

Três Corações, 26 de março de 2021.

Robert Max Mangels

Presidente do Conselho de Administração



MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n° 61.065.298/0001-02

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

ANEXO II

Remuneração dos Administradores



MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n° 61.065.298/0001-02

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração apresenta, a seguir, suas propostas e comentários sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada para o dia 28 de abril de 2021, às 14:00 horas, nos termos de edital de convocação a ser divulgado no prazo legal.

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras e relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O Conselho de Administração da Companhia recomenda a aprovação, sem ressalvas, das demonstrações financeiras e do relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência, são apresentados em anexo, conforme o disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (Anexo I da Proposta da Administração).

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O Conselho de Administração da Companhia recomenda a destinação do resultado do exercício para a conta de prejuízos acumulados, conforme o artigo 189, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações, devido à apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O Conselho de Administração esclarece que as informações do Anexo 9-1-II da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, não são apresentadas em razão da apuração de prejuízo no exercício social, conforme dispensado pela decisão do colegiado da CVM no processo administrativo CVM RJ 2010/14687, em reunião de 27 de setembro de 2011.

3. Fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social em curso.

O Conselho de Administração propõe que a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, compreendendo os honorários dos membros do Conselho de Administração e Diretoria estatutária para o período de maio de 2021 a abril de 2022, seja de R\$ 5.088.129,80 (cinco milhões, oitenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e oitenta centavos). O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído entre membros de cada órgão, conforme definido em reunião do Conselho de Administração.

O valor de remuneração efetivamente realizados durante o exercício social de 2020 foi de R\$ 4.961.351,76 (quatro milhões, novecentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos).

As informações indicadas no item 13 do formulário de referência, quanto à remuneração dos administradores, são apresentadas em anexo, conforme artigo 12 da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (Anexo II da Proposta da Administração).

4. Deliberação sobre instalação ou não do Conselho Fiscal.

A instalação do Conselho Fiscal será deliberada em conformidade com o artigo 27 do Estatuto Social da Companhia e art. 161 da Lei n.º 6.404/1976.

Três Corações, 26 de março de 2021.

Robert Max Mangels
Presidente do Conselho de Administração

* * *

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.065.298/0001-02

ANEXO I DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

(em conformidade com o disposto no artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 – Item 10 do Formulário de Referência).

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

ITEM 10. Comentários dos diretores

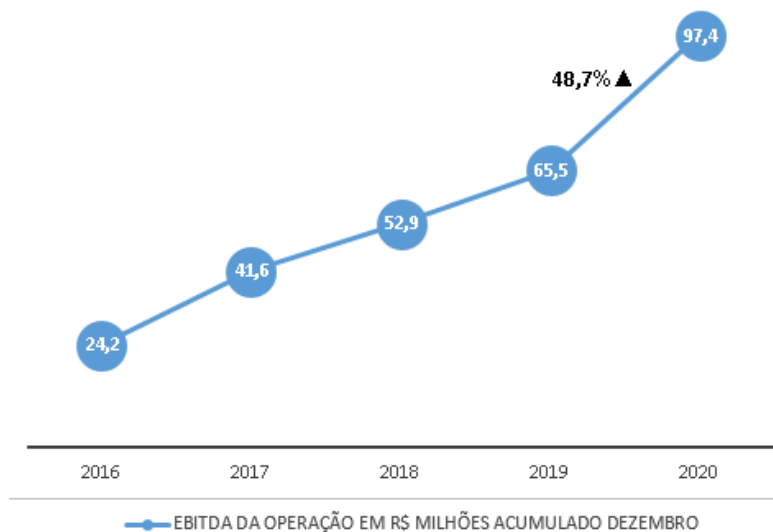
10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

2020

DESTAQUE:

EVOLUÇÃO DO EBITDA DA OPERAÇÃO



O EBITDA chegou em R\$ 97,4 milhões no acumulado até dezembro de 2020, contra R\$ 65,5 milhões no mesmo período de 2019, ou seja, 48,7% de aumento. Isto é fruto de um trabalho bem-sucedido de reestruturação, iniciado em 2013, trabalho este que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e a manutenção do destaque que sempre teve na cadeia de suprimentos da indústria automobilística e de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano de reestruturação com SETE PILARES CHAVES que levaram às ações como, por exemplo: implantação de controles rígidos; substituição de executivos; comunicação com credores, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras; redefinição do negócio principal; mudanças estruturais; melhoria nos processos de produção, vendas, logística, qualidade; redução de custos e controle efetivo do caixa.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Mangels implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos, por meio de mudança cultural.

CENÁRIO ECONÔMICO – 2021

Diante de um cenário onde as incertezas e os impactos provocados pela pandemia Global do COVID-19, está sendo desafiador prever índices e resultados para a economia, devido a isso as projeções exigem cautela.

No setor Veículos Automotores, conforme divulgado pela ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) apresentou suas estimativas para o ano de 2021 de um aumento de 25% na produção.

No Mercado de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com o isolamento social em suas residências devido à pandemia, ao contrário dos demais derivados do petróleo, o GLP não reduziu no mundo e no Brasil. Segundo relatório “Fatos e Dados” da Petrobras de 18 de janeiro de 2021 e de acordo com a ANP, as vendas do botijão de gás de 13 quilos cresceram 5,3% em relação ao ano anterior. Segundo entrevista do dia 11 de janeiro de 2021 o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicigas), relatou: “Em relação ao GLP, a expectativa do setor é de crescimento da demanda em torno de 1,5% a 2% em 2021”.

Conforme dados da Abraciclo a projeção de produção de motocicletas para o ano de 2021 terá um aumento na produção de 10,2% comparado ao ano de 2020.

Diante desse cenário, as novas estimativas são mais otimistas, a economia parece estar adaptando-se às atividades intensivas com o passar do tempo. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentam uma modesta melhora do PIB mundial de 4% para 2021. Em um cenário positivo, com pandemia controlada e a vacinação rápida, o crescimento global poderia acelerar para quase 5%, estima a instituição.

b) Estrutura de capital

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A dívida da Companhia em 2019 e 2020 está demonstrada abaixo:

R\$ Milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20
FINANCIAMENTOS								
Curto Prazo	15,1	13,0	17,9	14,7	20,9	39,2	30,0	25,0
Longo Prazo	627,5	621,5	653,8	641,4	740,6	761,3	737,1	704,2
	642,6	634,5	671,7	656,1	761,5	800,5	767,1	729,2
DISPONIBILIDADES								
Caixa e equivalentes de caixa	11,7	25,8	31,6	26,1	23,3	32,4	53,9	27,3
Títulos e valores mobiliários	6,4	1,8	20,0	16,1	36,7	47,0	65,2	36,2
	18,1	27,6	51,6	42,2	60,0	79,4	119,1	63,5
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	624,5	606,9	620,1	613,9	701,5	721,1	648,0	665,7

O **endividamento líquido** da Companhia teve aumento em função das oscilações da taxa R\$/dólar, em 31 de dezembro de 2019 a taxa era de R\$ 4,0307 e em 31 de dezembro de 2020 chegou aos R\$ 5,1967, gerando assim uma contabilização de variação cambial negativa de R\$ 97,9 milhões no período. Além deste fator, outro que impactou foi a provisão de juros.

Conforme já mencionado nos comentários do lucro líquido, a contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Para investimentos em ativos não circulantes a empresa tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio. Já para Fontes de financiamento para capital de giro foi feito a captação de um empréstimo junto ao BNDES, utilizando o Banco Industrial do Brasil S/A como correspondente, no valor de R\$18,0 milhões, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$10,0 milhões.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não pretende se utilizar de nenhum financiamento.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes;

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhuma outra relação de longo prazo com Instituições financeiras além daquelas já divulgadas no item 10.1.(c) deste Formulário de Referência.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas.

Não se aplica.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários a à alienação de controle societário.

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de Resultados nos anos de 2020 x 2019 x 2018 - (em R\$ mil)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 a 2020

(em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	22	505.890	511.704	440.287	546.452	556.332	476.738
Custo das mercadorias vendidas	23	(434.118)	(428.330)	(380.733)	(465.772)	(462.754)	(409.029)
Lucro operacional bruto		71.772	83.374	59.554	80.680	93.578	67.709
Receitas (despesas) operacionais							
Equivalência patrimonial	11	5.892	6.266	5.462	-	-	-
Com vendas	23	(5.330)	(5.141)	(4.516)	(5.625)	(5.443)	(4.919)
Gerais e administrativas	23	(25.358)	(29.038)	(29.829)	(26.250)	(29.706)	(30.521)
Provisão para perda de crédito esperada	8	22	(51)	(23)	22	(51)	(23)
Outras Receitas	24	83.850	4.432	4.275	84.775	5.435	5.189
Outras Despesas	24	(54.957)	(16.619)	(2.511)	(55.026)	(16.623)	(2.398)
		4.119	(40.151)	(27.142)	(2.104)	(46.388)	(32.672)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		75.891	43.223	32.412	78.576	47.190	35.037
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	25	15.750	1.376	1.577	16.187	1.637	1.734
Despesas financeiras	25	(31.048)	(37.901)	(36.117)	(31.919)	(39.765)	(36.770)
Variações monetárias e cambiais		(91.342)	(13.051)	(44.250)	(91.342)	(13.051)	(44.250)
		(106.640)	(49.576)	(78.790)	(107.074)	(51.179)	(79.286)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(30.749)	(6.353)	(46.378)	(28.498)	(3.989)	(44.249)
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	26	(231)	(121)	-	(2.482)	(2.485)	(2.129)
Diferido	26	(438)	(321)	-	(2.689)	(2.685)	-
		207	200	-	207	200	-
Prejuízo do exercício		(30.980)	(6.474)	(46.378)	(30.980)	(6.474)	(46.378)
Prejuízo do exercício por lote de mil ações - R\$	19				(5,3569)	(1,1194)	(8,0782)
Ações ordinárias (centavos por ação)					(5,0334)	(1,0519)	(8,0782)
Ações preferenciais (centavos por ação)					(5,5368)	(1,1570)	(8,0782)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Análise do resultado consolidado do ano de 2020 versus o ano de 2019 (em R\$ mil)

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

DESEMPENHO CONSOLIDADO

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	180,6	99,0	183,2	202,6	665,4	157,0	182,1	170,4	171,2	680,7
Receita Líquida	147,1	79,6	153,0	166,6	546,3	126,1	148,3	141,6	140,3	556,3
Mercado Interno	131,3	73,4	131,1	158,2	494,0	113,2	129,4	122,9	121,5	487,0
Mercado Externo	15,8	6,2	21,9	8,4	52,3	12,9	18,9	18,7	18,8	69,3
CPV	(124,3)	(80,0)	(124,5)	(136,9)	(465,7)	(106,6)	(125,4)	(121,6)	(109,1)	(462,7)
Lucro Bruto	22,8	(0,4)	28,5	29,7	80,6	19,5	22,9	20,0	31,2	93,6
Margem Bruta	15,5%	-0,4%	18,6%	17,8%	14,8%	15,4%	15,5%	14,1%	22,2%	16,8%
(Despesas) receitas operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(8,5)	(6,8)	(8,0)	(8,5)	(31,8)	(8,6)	(8,4)	(8,5)	(9,7)	(35,2)
Outras receitas (despesas)	(5,3)	9,4	1,3	24,3	29,7	(0,1)	0,2	1,2	(12,5)	(11,2)
Lucro (Prejuízo) Operacional	9,0	2,2	21,8	45,5	78,5	10,8	14,7	12,7	9,0	47,2
Resultado Financeiro	(99,1)	(27,6)	(16,7)	36,4	(107,0)	(11,7)	(5,1)	(36,4)	2,0	(51,2)
Despesa Financeira	(8,5)	(8,8)	(7,2)	(7,3)	(31,8)	(9,2)	(10,0)	(11,3)	(9,3)	(39,8)
Receita Financeira	0,2	4,0	0,1	11,8	16,1	0,2	-	0,4	1,1	1,7
Varição cambial líquida	(90,8)	(22,8)	(9,6)	31,9	(91,3)	(2,7)	4,9	(25,5)	10,2	(13,1)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(90,1)	(25,4)	5,1	81,9	(28,5)	(0,9)	9,6	(23,7)	11,0	(4,0)
Imposto de renda e contribuição social	(0,7)	(0,3)	(0,8)	(0,6)	(2,4)	(0,6)	(0,6)	(0,7)	(0,6)	(2,5)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(90,8)	(25,7)	4,3	81,3	(30,9)	(1,5)	9,0	(24,4)	10,4	(6,5)
EBITDA	13,8	6,9	26,5	50,2	97,4	15,3	19,3	17,3	13,6	65,5

As **vendas líquidas consolidadas** no 4º trimestre de 2020 chegaram ao valor de R\$ 166,6 milhões e no mesmo período de 2019 somaram R\$ 140,3 milhões, representando um aumento de 18,7%. No acumulado até dezembro 2019 somaram R\$ 556,3 milhões, já no mesmo período de 2020 chegamos a R\$ 546,3 milhões, uma redução de 1,8%.

O **lucro bruto consolidado** no 4º Trimestre de 2020 chegou a marca de R\$ 29,7 milhões e uma margem bruta de 17,8%, sendo este 4,8% inferior ao mesmo período de 2019 que foi de 31,2 milhões. No acumulado até dezembro ficou positivo em R\$ 80,6 milhões, com uma margem bruta de 14,8%. No comparativo com o mesmo período de 2019 foi de R\$ 93,6 milhões onde houve uma retração de 13,9%, reflexo direto do lockdown implementado nos nossos principais clientes do setor automotivo em virtude do COVID-19.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** apresentaram uma redução de R\$ 3,4 milhões quando comparadas ao acumulado de dezembro de 2020 contra mesmo período de 2019. Mesmo com os repasses de inflação e dissídios, esta redução é fruto das decisões assertivas do Comitê de Crise implantado para mitigar os impactos gerados pelo COVID-19.

Outras receitas (e Despesas) no acumulado de 2020 fechamos positivos em R\$ 29,7 milhões, dos quais R\$ 22,3 milhões são de valores pagos indevidamente referente a exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, referentes a processo transitado, julgado e homologados junto a Receita Federal que serão compensados com débitos de tributos e contribuições federais.

Lucro operacional no acumulado até dezembro de 2020 apurou R\$ 78,5 milhões contra R\$ 47,2 milhões no mesmo período de 2019, um aumento de 66,3%. Parte desta variação é o efeito da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, que é de R\$ 22,3 milhões. Excluindo este valor e comparando os períodos acumulados o **Lucro operacional ajustado** seria de R\$ 56,2 milhões contra os R\$ 47,2 milhões de 2019, uma variação de 19,1% de aumento, um excelente desempenho.

No 4º Trimestre de 2020 apresentamos um **lucro líquido** de R\$ 81,3 milhões uma variação positiva de R\$ 70,9 milhões se comparado ao mesmo período de 2019, entretanto no acumulado até dezembro de 2019 apuramos um **Prejuízo líquido** de R\$ 6,5 milhões e no mesmo período de 2020 foi apurado um prejuízo de R\$ 30,9 milhões, este prejuízo é reflexo direto da desvalorização do Real frente ao Dólar que foi de 29% no acumulado até dezembro de 2020. A contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

O **EBITDA** acumulado até dezembro 2020 foi de R\$ 97,4 milhões contra os R\$ 65,5 milhões do período anterior, um aumento de 48,7%. Parte desta variação é o efeito da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, que é de R\$ 22,3 milhões. Excluindo este valor e comparando os períodos acumulados o EBITDA ajustado seria de R\$ 75,1 milhões contra os R\$ 65,5 milhões de 2019, uma variação de 14,6% de aumento, um excelente desempenho neste período do COVID-19.

O **EBITDA** é o principal indicador da Companhia, pois representa a geração de caixa para pagamento das obrigações e não está afetado pela variação cambial e a contabilização dos juros, ou seja, está diretamente relacionado a operação da Organização.

Principais alterações nas contas Patrimoniais nos anos de 2020 x 2019 x 2018 - (em R\$ mil)

Mangels Industrial S.A. e Controladas

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	26.333	25.762	35.017	27.302	26.129	35.713
Aplicações financeiras	7	30.136	13.451	2.561	36.204	16.104	2.561
Contas a receber de clientes	8	66.243	53.970	44.802	67.208	54.863	45.409
Estoques	9	61.422	49.621	49.496	68.053	59.092	58.504
Tributos a recuperar	10	19.926	2.655	3.970	20.200	2.692	3.883
Conta corrente com partes relacionadas	19	504	408	-	504	408	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.535	1.996	1.833	2.535	2.054	1.890
Outros ativos		12.747	2.403	5.825	15.439	5.191	5.870
Imobilizado destinado a venda	30	-	43.000	-	-	43.000	-
Total do ativo circulante		219.846	193.266	143.504	237.445	209.533	153.830
Tributos a recuperar	10	8.065	1.006	922	8.065	1.006	922
Depósitos judiciais	17	5.686	6.000	6.024	6.289	6.610	6.922
Outros ativos		340	331	321	339	331	321
Imobilizado destinado a venda				46.100			46.100
Total do realizável a longo prazo		14.091	7.337	53.367	14.693	7.947	54.265
Investimentos	11	49.306	42.633	36.263	-	-	-
Imobilizado	12	137.695	140.684	132.188	145.076	148.439	139.665
Intangível	13	804	767	944	804	767	944
		187.805	184.084	169.395	145.880	149.206	140.609
Total do ativo não circulante		201.896	191.421	222.762	160.573	157.153	194.874
Total do ativo		421.742	384.687	366.266	398.018	366.686	348.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Mangels Industrial S.A. e Controladas

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2020

(em milhares de reais - R\$)

Passivo	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	14	22.943	13.549	9.157	25.005	14.677	10.294
Arrendamento mercantil	15	880	802	-	959	864	-
Fornecedores	16	16.261	28.393	30.477	17.986	28.511	30.634
Salários e encargos sociais	18	10.902	11.990	14.309	11.265	12.423	14.796
Conta corrente com partes relacionadas	19	37.943	29.553	29.413	-	-	-
Tributos a recolher		1.814	1.990	2.225	2.155	2.160	2.410
Tributos parcelados		442	552	566	1.138	1.258	1.277
Provisão para desmobilização de ativos		-	1.726	5.395	-	1.726	5.395
Outras contas a pagar		10.038	6.927	3.719	10.138	7.006	3.806
Outras Obrigações com cliente		8.878	-	-	8.878	-	-
Total do passivo circulante		110.101	95.482	95.261	77.524	68.625	68.612
Empréstimos e financiamentos	14	696.200	633.323	612.552	704.251	641.375	621.366
Arrendamento mercantil	15	3.384	4.168	-	4.145	4.922	-
Fornecedores	16	2.495	3.755	8.956	2.517	3.791	9.062
Provisão para riscos e discussões judiciais	17	8.907	17.423	11.710	8.926	17.439	11.875
Tributos parcelados		723	1.159	1.877	723	1.159	1.877
Outras contas a pagar		765	11	35	765	9	37
Total do passivo não circulante		712.474	659.839	635.130	721.327	668.695	644.217
Total do passivo		822.575	755.321	730.391	798.851	737.320	712.829
Capital social	20	171.273	171.273	171.273	171.273	171.273	171.273
Resultados abrangentes		9.463	9.865	10.254	9.463	9.865	10.254
Prejuízos acumulados		(582.315)	(551.737)	(545.652)	(582.315)	(551.737)	(545.652)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		746	(35)	-	746	(35)	-
Total do patrimônio líquido		(400.833)	(370.634)	(364.125)	(400.833)	(370.634)	(364.125)
Total do passivo e do patrimônio líquido		421.742	384.687	366.266	398.018	366.686	348.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2020 em comparação com o ano de 2019

Principais contas do Ativo:

Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras – o aumento de R\$ 21,2 milhões se deve ao fato de a economia de caixa devido principalmente a compensação dos impostos com a homologação da ação do crédito tributário habilitado na Receita Federal.

Foi feito um trabalho do financeiro para aumento do caixa, melhora no fluxo dos pagamentos e revisão dos investimentos.

Contas a receber de clientes – o aumento de R\$ 12,3 milhões foi em decorrência das receitas líquidas no 4º trimestre de 2020 que foi superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na parte comercial em relação a fábrica de Aços foram feitas negociações de volumes com as companhias e aumento da carteira de pedidos. Na fábrica de Rodas relacionamento constante com a área de compras e acompanhamento das diretrizes dos CEOs das montadoras.

Estoques – o saldo de estoque era de R\$ 59,0 milhões em 2019 versus R\$ 68,0 milhões em 2020 ocorrendo oscilação no valor de R\$ 9 milhões que representa 15%, o motivo da variação refere-se a uma estratégia da empresa, onde a mesma estava prevendo um aumento do valor da matéria prima, e provável escassez das mesmas no primeiro trimestre de 2021. Em consequência teve um aumento no grupo de **outros ativos**, a maior variação é devido ao **adiantamento à fornecedores** que foi de R\$ 5,0 milhões em 2019 para R\$ 15,0 milhões em 2020, a variação está relacionada aos estoques conforme informado acima.

O grupo de **tributos a recuperar curto e longo prazo** teve uma variação de R\$ 4,0 milhões em 2019 para R\$ 28,0 milhões em 2020, ocorrendo oscilação no valor de R\$ 24,0 milhões. Durante o ano de 2020 dois processos foram objetos de Pedidos de Habilitação de Crédito junto Receita Federal do Brasil (RFB), sendo que ambos foram deferidos através de despachos decisórios proferidos no mês de abril de 2020. A partir desses deferimentos, a Companhia passou a compensar os créditos então habilitados, somente sobre o montante apurado com base no ICMS pago (Solução de Consulta Interna COSIT nº 13/18), com os débitos de tributos federais apurados no decorrer do ano de 2020 por meio da transmissão à RFB de PERD/DCOMP.

Com isso o saldo dos dois processos na data base de 31 de dezembro de 2020 é R\$ 23,3 milhões.

No grupo de **Propriedade de para investimento** a redução de R\$ 43,0 milhões de 2019 para 2020 é devido a venda do imóvel de São Bernardo do Campo que foi concluída em 10 de setembro de 2020, o Imóvel foi vendido por R\$ 43 milhões.

Principais contas do Passivo:

Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo) – a dívida em 2020 era de R\$729,2 milhões versus R\$656,1 milhões em 2019, teve aumento em função das oscilações da taxa R\$/dólar, em 31 de dezembro de 2019 a taxa era de R\$ 4,0307 e em 31 de dezembro de 2020 chegou aos R\$ 5,1967, gerando assim uma contabilização de variação cambial negativa de R\$ 97,9 milhões no período. Além deste fator, outro que impactou foi a provisão de juros

Fornecedores (curto e longo prazo) - em 2020 o valor registrado foi de R\$ 20,5 milhões versus R\$ 32,3 milhões em 2019. Em suprimentos foi feito levantamento dos itens críticos, monitoramento de entregas gerenciando os riscos na cadeia de abastecimento, intensas negociações de contratos, compras estratégicas com negociação de preços e prazos.

O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	28.393	-	28.511
2021	16.261	1.883	17.986	1.919
2022	1.893	1.267	1.907	1.267
2023	602	60	610	605
	18.756	32.148	20.503	32.302

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 – Os Diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS

RODAS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	101,9	20,0	101,3	126,5	349,7	86,9	106,7	101,4	95,9	390,9
Receita Líquida	84,3	17,3	85,8	104,7	292,1	71,2	88,7	83,9	80,0	323,8
Mercado Interno	68,5	11,8	64,6	99,3	244,2	58,3	69,8	65,2	61,2	254,5
Mercado Externo	15,8	5,6	21,2	5,3	47,9	12,9	18,9	18,7	18,8	69,3
CPV	(71,8)	(28,5)	(67,4)	(82,1)	(249,8)	(61,1)	(75,5)	(71,1)	(60,0)	(267,8)
Lucro Bruto	12,5	(11,2)	18,4	22,6	42,3	10,1	13,2	12,8	20,0	56,0
Margem Bruta	14,8%	-64,7%	21,4%	21,6%	14,5%	14,2%	14,9%	15,3%	25,0%	17,3%

O Setor automotivo foi um dos mais prejudicados no período, nossos clientes implantaram lockdown em suas atividades em meados de março quando a Organização Mundial de Saúde - OMS configurou como pandemia o surto do COVID-19. Nossos principais clientes retornaram suas atividades somente no final de Junho, outros ficaram totalmente parados até meados de maio, os demais neste período retomaram suas operações de forma gradativa.

Esta retomada gradativa gerou incertezas e falta de previsão impactando fortemente a produtividade nas linhas de produção. Esta situação poderia ser evitada se as entidades ligadas ao setor automotivo tivessem se organizado uma parada e retomada conjunta, amenizando o impacto na cadeia produtiva.

A receita líquida da Mangels Rodas no 4º trimestre de 2020 atingiu os R\$ 104,7 milhões, comparados aos R\$ 80,0 milhões do mesmo período de 2019, um crescimento de 30,9%. Em contra partida no acumulado até dezembro 2019 chegamos aos R\$ 323,8 milhões contra R\$ 292,1 milhões do mesmo período de 2020 ocasionando uma redução de 9,8%.

O **lucro bruto** do 4º trimestre de 2020 teve um crescimento de 13% sendo R\$ 22,6 milhões contra R\$ 20,0 milhões do mesmo período de 2019. O acumulado até dezembro de 2020

foi de R\$ 42,3 milhões. No acumulado até dezembro de 2019 chegamos em R\$ 56,0 milhões, o que representa para o mesmo período de 2020 uma redução de 24,5% em um cenário sem precedentes, que paralisou as produções dos nossos clientes e afetou toda a cadeia produtiva. A margem bruta no acumulado até dezembro de 2019 foi de 17,3% e o mesmo período de 2020 foi de 14,5%.

CILINDROS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	66,9	72,4	68,2	63,0	270,5	56,5	67,2	57,7	53,9	235,3
Receita Líquida	51,3	56,4	54,2	49,6	211,5	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Interno	51,3	55,7	53,5	46,6	207,1	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Externo	-	0,7	0,7	3,0	4,4	-	-	-	-	-
CPV	(43,2)	(45,9)	(46,7)	(44,5)	(180,3)	(35,5)	(43,3)	(41,4)	(33,5)	(153,7)
Lucro Bruto	8,1	10,5	7,5	5,1	31,2	7,0	8,1	5,2	8,0	28,3
<i>Margem Bruta</i>	<i>15,8%</i>	<i>18,6%</i>	<i>13,8%</i>	<i>10,3%</i>	<i>14,8%</i>	<i>16,5%</i>	<i>15,9%</i>	<i>11,2%</i>	<i>19,3%</i>	<i>15,5%</i>

Por ser um item de primeira necessidade e extrema importância para as famílias dos Brasileiros nossa fabricação e requalificação de botijões continuaram ativas em pleno funcionamento. O pioneirismo na implantação de medidas protetivas, através de protocolos de saúde, segurança e higienização, foi fundamental para garantir a integridade dos colaboradores nesta fase. O isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19 obrigou a população a passar mais tempo em casa e conseqüentemente o consumo de gás GLP disparou nas residências, principalmente no início da crise, entre final de março e começo de abril. Além disso os serviços de gastronomia sofrendo com as restrições de funcionamento, contribuíram para ampliar ainda mais o uso doméstico de GLP na preparação de alimentos.

Neste período a **receita líquida** no 4º trimestre de 2020 atingiu R\$ 49,6 milhões, demonstrando um aumento de 19,5% frente ao mesmo período do ano anterior de R\$ 41,5 milhões. Já no acumulado até dezembro de 2020 chegamos aos R\$ 211,5 milhões, contra R\$ 182,0 milhões do mesmo período do ano anterior, representando também um aumento de 16,2%.

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2020 foi R\$ 5,1 milhões, registrando uma diminuição de 36,3% em relação aos R\$ 8,0 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro de 2020 atingimos R\$ 31,2 milhões, superior em 10,2% em relação aos R\$ 28,3 milhões do mesmo período do ano anterior. Esse excelente desempenho é devido principalmente ao aumento dos volumes na produção de Cilindros de GLP.

AÇOS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	11,8	6,6	13,7	13,1	45,2	13,5	8,3	11,3	21,4	54,5
Receita Líquida	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
Mercado Interno	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
CPV	(9,3)	(5,6)	(10,4)	(10,3)	(35,6)	(10,0)	(6,6)	(9,0)	(15,6)	(41,2)
Lucro Bruto	2,2	0,3	2,6	2,0	7,1	2,4	1,5	2,2	3,2	9,3
<i>Margem Bruta</i>	<i>19,1%</i>	<i>5,1%</i>	<i>20,0%</i>	<i>16,3%</i>	<i>16,6%</i>	<i>19,4%</i>	<i>18,5%</i>	<i>19,6%</i>	<i>17,0%</i>	<i>18,4%</i>

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus, bem como eixos traseiros em forma de lâminas de aço em perfil de “V” para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais.

As linhas de produção do setor de motocicletas ficaram paralisadas de março até maio, onde retomaram suas atividades.

A **receita líquida** no 4º trimestre de 2020 foi de R\$ 12,3 milhões, o que representa uma diminuição de 34,6% quando comparados aos R\$ 18,8 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro em 2020, a receita líquida foi de R\$ 42,7 milhões, uma redução de 15,4% quando comparados ao mesmo período de 2019, que foi de R\$ 50,5 milhões.

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2019 foi de R\$ 3,2 milhões, contra aos R\$ 2,0 milhões do 4º trimestre de 2020, uma redução de R\$ 1,2 milhões. No acumulado até dezembro de 2019, o lucro bruto foi R\$ 9,3 milhões contra R\$ 7,1 milhões do mesmo período de 2020, representando uma redução de 23,7%. Desta maneira nota-se uma retração na margem bruta de 1,8% no acumulado de 2020 contra o mesmo período de 2019.

a) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não se aplica

b) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Rodas: A maior influência neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a Empresa paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes Negócios. Para o negócio de Cilindros, a influência da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros:

A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos três últimos exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações Societárias.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

Os diretores devem comentar

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e práticas contábeis adotadas no Brasil. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);

b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento:

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que

é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tem R\$ 246.992 em empréstimos bancários em LIBOR que serão objeto da reforma do LIBOR. O Grupo espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SONIA (Term SONIA para 6 meses) em 2021 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo foram evidenciadas no item (a), porém o Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

c) Ressalva e ênfase presentes no parecer do auditor

2020

Relatório de auditoria com ressalvas emitido por Wagner Petelin (CRC 1SP142133/O-7) da KPMG Auditores Independentes (CRC 2SP014428/O-6) em 22 de março de 2021, relativo ao exercício social findo em 31.12.2020.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

Mangels Industrial S.A.

Três Corações - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras

informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 10 (ii), em 2019, a Companhia obteve decisão favorável em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos de 1992 em diante. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mensurou e reconheceu o correspondente ativo relacionado aos créditos tributários decorrentes de 2 (dois) das 3 (três) ações judiciais, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 36.675 mil, sendo R\$ 22.322 mil referente ao principal e R\$ 14.353 mil referente à atualização monetária, além de obrigações de honorários de sucesso advocatícios relativo as referidas ações judiciais no montante de R\$ 2.934 mil, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábil e Retificação de Erros. Consequentemente, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica tributos a recuperar no ativo circulante está apresentada a menor em R\$ 36.675 mil, a rubrica outras contas a pagar e tributos a recolher, ambas no passivo circulante, estão apresentadas a menor em R\$ 2.934 mil e R\$7.729 mil, respectivamente, e a rubrica outras receitas operacionais, outras despesas operacionais, receitas financeiras e despesa de impostos de renda e contribuição social, estão apresentadas a menor em R\$22.322 mil, R\$2.934 mil, R\$14.353 mil e R\$7.729 mil, respectivamente. Sendo assim, o prejuízo do exercício está apresentado a maior e o patrimônio líquido a menor em R\$ 26.012 mil, bem como o prejuízo por ação reduzido em R\$ 4,2262 de ações ordinárias e R\$ 4,6488 de ações preferenciais. Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$22.322 mil, R\$2.934 mil, R\$14.353 mil, respectivamente. Sendo assim, o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$33.741, bem como o prejuízo por ação aumentado em R\$ 5,4820 de ações ordinárias e R\$ 6,0302 de ações preferenciais.

Para o período de 1992 a 2002 referente a 1 (uma) das ações judiciais também com trânsito em julgado favorável, até a conclusão dos nossos trabalhos, a Companhia não havia finalizado todo o levantamento do referido crédito com a respectiva documentação suporte. Se a Companhia tivesse concluído o levantamento do referido crédito certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020 poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável por nós quantificar os efeitos dos referidos ajustes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisão, contingência, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 15 – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 8 – mensuração de perda de crédito esperada para as contas a receber;

Nota explicativa nº 12 – teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Nota explicativa nº 17 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

a) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

Não se aplica.

b) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

c) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não se aplica.

d) Contratos de construção não terminada.

Não se aplica.

e) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não se aplica.

f) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não se aplica.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não se aplica.

b) Natureza e o propósito da operação.

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorado especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para os investimentos previstos em 2021 informamos que iremos investir montantes aproximados aos de 2019 e 2018 distribuídos da seguinte forma: %

Normatização	6,4%
Produção/Produtividade	83,1%
Sustentabilidade	7,0%
Outros	3,4%
	100,0%

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 61.065.298/0001-02

ANEXO II DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Remuneração dos Administradores

(em conformidade com o disposto no artigo 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 – Item 13 do Formulário de Referência).

13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais através da Hay Group, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos se dá da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por anos, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração que são Diretores, são remunerados apenas na função de Diretor.

b) Diretoria: os membros da Diretoria estatutária recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

- Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro Mangels para ser considerado elegível;
- No SRV existem dois indicadores:
 - Indicador financeiro Mangels consolidado;
 - Metas Individuais.

c) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não é inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Da remuneração total dos Diretores, estatutários e não estatutários, reconhecida em 2020, 57% corresponde a honorários fixos e 43% a remuneração variável.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral a remuneração do Conselho de Administração é reajustada anualmente ou, em prazo menor se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Hay Group.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média do mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

a) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O indicador financeiro EBITDA foi o indicador financeiro considerado em 2019, bem como será considerado em 2020, para determinação da remuneração variável.

b) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Anualmente o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

c) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses

do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada pela Companhia.

e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

13.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) Órgão;

b) Número de membros;

c) Remuneração segregada em:

i. Remuneração fixa anual, segregada em:

- Salário ou pró-labore;
- Benefícios diretos e indiretos;
- Remuneração por participação em comitês;
- Outros.

ii. Remuneração variável, segregada em:

- Bônus;
- Participação nos resultados;
- Remuneração por participação em reuniões;
- Comissões;
- Outros.

iii. Benefícios pós-emprego;

iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo;

v. Remuneração baseada em ações.

d) Valor, por órgão, da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal;

e) Total da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal.

Remuneração reconhecida no resultado de 2020 do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	06	02	-
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	06	02	-
Remuneração Fixa Anual			
. Salário ou Pro labore	R\$ 1.382.105	R\$ 2.031.728	
. Benefícios diretos e indiretos	-	-	
Plano de aposentadoria e pensão,	-	-	-
Plano de Saúde	-	-	
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	
Remuneração Variável			
. Bônus	-	R\$ 1.547.517	-
. Participação nos resultados	-		
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 1.382.105	R\$ 3.579.246	-
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	R\$ 4.961.351		

Para o exercício social de 2020 não houve pagamento de honorários para o Conselho Fiscal, considerando que o órgão não foi instalado o Conselho Fiscal, conforme deliberação na Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Remuneração reconhecida no resultado de 2019 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	05	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	05	02	03
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pro labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R\$ 1.382.105	R\$ 2.008.637	R\$ 72.726
Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- -	R\$ 1.299.125	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 1.382.105	R\$ 3.307.762	R\$ 72.726
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal	R\$ 4.762.593		

No ano de 2019 foram pagos honorários para os membros do Conselho Fiscal relativos aos meses de janeiro a abril, considerando a deliberação de não instalação do órgão na Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Remuneração reconhecida no resultado de 2018 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	05	02	03
Nº de membros remunerados	05	02	03
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou Pro labore			
Benefícios diretos e indiretos	R\$ 1.382.106	R\$ 1.987.773	R\$ 256.680
Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável			
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	R\$ 1.522.357	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 1.382.106	R\$ 3.510.130	R\$ 256.680
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal	R\$ 5.148.916		

Remuneração prevista para o exercício social de 2021 do Conselho de Administração, Diretoria estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	06	02	-
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	06	02	-
Remuneração Fixa Anual			
. Salário ou Pro labore	R\$ 1.611.410	R\$ 2.086.031	
. Benefícios diretos e indiretos	-	-	
Plano de aposentadoria e pensão,	-	-	-
Plano de Saúde	-	-	
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	
Remuneração Variável			
. Bônus	-	R\$ 1.390.689	-
. Participação nos resultados	-		
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	R\$ 1.611.410	R\$ 3.476.720	-
Total da remuneração do Conselho de Administração e Diretoria estatutária:	R\$ 5.088.130		

13.3 – Em relação à remuneração variável dos últimos três exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão;
- b) Número de membros;
- c) Em relação ao bônus:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais.

d) Em relação à participação no resultado:

- i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração;*
- ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração;*
- iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas;*
- iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos últimos três exercícios sociais.*

Membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam também da Diretoria recebem remuneração variável, porém, tal valor será devido, exclusivamente, em razão de serem membros da Diretoria da Companhia.

Remuneração variável no exercício de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.363.413	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.390.688	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.547.517	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

Remuneração variável no exercício de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$ Zero	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	R\$ 1.390.689	-
Participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas	-	-	-

13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) *Termos e condições gerais;*
- b) *Principais objetivos do plano;*
- c) *Forma como o plano contribui para esses objetivos;*
- d) *Como o plano de insere na política de remuneração do emissor;*
- e) *Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo;*
- f) *Número máximo de ações abrangidas;*
- g) *Número máximo de opções a serem outorgadas;*
- h) *Condições de aquisição de ações;*
- i) *Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício;*
- j) *Critérios para fixação do prazo de exercício;*
- k) *Forma de liquidação;*
- l) *Restrições à transferência das ações;*
- m) *Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano;*

- n) *Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 – Informar a quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações emitidas pela Companhia e detidas em 31.12.2020		
Órgão	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	24	995.104
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	-

13.6 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) *Órgão;*
- b) *Número de membros;*
- c) *Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:*
 - i. *Data de outorga;*
 - ii. *Quantidade de opções outorgadas;*
 - iii. *Prazo para que as opções se tornem exercíveis;*
 - iv. *Prazo máximo para exercício das opções;*
 - v. *Prazo de restrição à transferência das ações;*
 - vi. *Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:*
 - *Em aberto no início do exercício social;*
 - *Perdidas durante o exercício social;*
 - *Exercidas durante o exercício social;*
 - *Expiradas durante o exercício social.*
- d) *Valor justo das opções na data de outorga;*
- e) *Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7 – Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) *Órgão;*
- b) *Número de membros;*
- c) *Em relação às opções exercidas informar:*
 - i. *Número de ações;*
 - ii. *Preço médio ponderado de exercício;*
 - iii. *Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas;*
- d) *Em relação às ações entregues informar:*
 - i. *Número de ações;*
 - ii. *Preço médio ponderado de aquisição;*
 - iii. *Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) *Modelo de precificação;*
- b) *Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco;*
- c) *Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado;*
- d) *Forma de determinação da volatilidade esperada;*
- e) *Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) *Órgão;*
- b) *Número de membros;*
- c) *Nome do plano;*

- d) *Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar;*
- e) *Condições para se aposentar antecipadamente;*
- f) *Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;*
- g) *Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores;*
- h) *Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.*

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

13.10 – Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a) *Órgão;*
- b) *Número de membros;*
- c) *Valor da maior remuneração individual;*
- d) *Valor da menor remuneração individual;*
- e) *Valor médio de remuneração individual.*

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	02	02	02	06	06	05	-	03	03
Nº de membros remunerados	02	02	02	06	06	05	-	03	03
Valor da maior remuneração	1.719.528	2.937.527	1.719.528	600.000	600.000	600.000	-	21.390	85.560
Valor da menor remuneração	312.200	370.235	268.245	195.526	195.526	195.526	-	21.390	85.560
Valor médio da remuneração	1.015.864	1.653.881	993.886	397.763	397.763	266.645	-	21.390	85.560

No ano de 2019 foram pagos honorários para os membros do Conselho Fiscal, relativos aos meses de janeiro a abril, considerando a deliberação de não instalação do órgão na Assembleia Geral Ordinária de 2019, de forma que no ano de 2020 não foram pagos honorários.

13.11 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso

de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável, pois a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.12 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2018	2019	2020
Conselho de Administração	85%	83%	83%
Diretoria	8%	0%	0%
Conselho Fiscal	0%	-	-

13.13 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Nos três últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

13.14 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Órgão	2018	2019	2020
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.15 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.
